



CODESRIA

12th General Assembly
Governing the African Public Sphere

12e Assemblée générale
Administrer l'espace public africain

12a Assembleia Geral
Governar o Espaço Público Africano

ةي عمجل ةي مومعلا ةي ناثلا رشع
حكم الفضاء العام الإفريقي

Os Cidadãos e a Política local: o caso do Bairro do Boquisso "A"

Jauana Helder
ISCTEM, Moçambique



07-11/12/2008
Yaoundé, Cameroun

Introdução

Neste artigo apresentamos um olhar sobre a forma como os cidadãos se relacionam com a política no quotidiano. A reflexão é feita a partir da pesquisa¹ que realizamos no Bairro do Boquisso “A” no Município da Matola.

A análise é baseada numa perspectiva da sociologia política denominada *theory communitarian*². O argumento da *theory communitarian* é de que a participação dos cidadãos na vida da sua comunidade depende fortemente do nível de informação e conhecimento que estes têm dos desafios e dilemas que se lhes colocam no quotidiano.

É, a partir desta perspectiva que procuramos compreender como os cidadãos, à escala local³ lidam com a política no quotidiano.

Os *comunitaristas* argumentam que, no estudo da participação política é importante tomar em conta três factores, nomeadamente a integração dos indivíduos na comunidade, o interesse que atribuem a política e o sentido de pertença à comunidade. Estes, na visão dos *comunitaristas*, explicam a menor ou maior participação dos cidadãos na política. Por isso, para os “*comunitaristas*” a cidadania é construída no processo de participação no campo político⁴.

No caso de Moçambique a literatura sobre a participação dos cidadãos na política é dominada pelos estudos sobre o comportamento eleitoral – dominam os estudos sobre a Antropologia e sociologia eleitoral. Uma parte destes estudos procuram compreender e explicar as determinantes do voto⁵. Há uma pequena viragem na abordagem, com a realização das primeiras eleições autárquicas em Moçambique, que tiveram cerca de 60% de abstenções.

¹ A investigação faz parte do projecto dinâmicas sociais na estruturação dos espaços políticos em contextos rurais africanos, do Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CEA/ISCTE) financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia de Portugal e coordenado pelo Prof. Doutor Fernando Florêncio.

² O principal teórico deste paradigma na análise dos fenómenos políticos é o sociólogo americano Robert Putnam.

³ Bairro, distrito, Posto Administrativo e Municipal.

⁴ Entenda-se campo político na perspectiva de Pierre Bourdieu como “o lugar em que se geram, na concorrência entre agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção”.

⁵ Mazula, B. 1995. *Eleições democracia e desenvolvimento*. Maputo.

2000. *A construção da democracia em África: o caso moçambicano*. Maputo: Ndjira

2001. *Cidadania e participação na vida política do país*. Maputo. In: **Democracia e desenvolvimento**.

Maputo: Associação Joaquim Chissano.

2002. *Moçambique 10 anos de Paz*. Maputo.

Brito, L. 1995. *O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique*. In:

Mazula, B. **Eleições democracia e desenvolvimento**. Maputo

(s/d). *Moçambique independente: o novo espaço político*. Maputo. CEA – UEM.

Consideramos que o questionamento do campo político democrático através do estudos sobre o comportamento eleitoral dos moçambicanos é uma das diferentes formas de analisar a democracia. Neste artigo, interessa-nos problematizar a democracia a partir da forma como os cidadãos lidam com a política no quotidiano. É nosso propósito analisar de forma compreensiva a forma como os moçambicanos percebem o seu engajamento na política no quotidiano.

A reflexão é feita em três momentos. Em primeiro lugar analisamos o quadro teórico da *communitarian reader*. Em seguida apresentamos de forma breve os debates que a sociologia política em Moçambique faz a volta do campo político. Por último analisamos a forma como os cidadãos de Bairro do Boquisso lidam com a política no quotidiano a partir do paradigma *communitarian*.

A participação política na teoria comunitária

A teoria da democracia comunitária postula que os cidadãos envolvem-se na política quanto mais têm conhecimentos sobre os desafios que se colocam a sua comunidade política. Uma parte da sociologia política americana e francesa reflectem sobre o político a partir da *communitarian theory*⁶. Na sociologia americana destacam-se as reflexões de Robert Putnam⁷. Na segunda destacam-se Catherine Neveu, Geraint Parry e Denis Constantin – Martin.

Os “*comunitaristas*” argumentam que na reflexão sobre a participação política deve-se prestar atenção ao nível de informação e conhecimento que os cidadãos têm dos desafios e problemas que enfrentam na comunidade.

para os “*comunitaristas*” o maior ou menor envolvimento dos cidadãos na política está fortemente associado a três factores indissociáveis. O primeiro é o nível de integração dos cidadãos na sua comunidade. Quanto mais um individuo se sente integrado na comunidade mais se interessa pela vida da mesma e nos desafios e dilemas que se lhes colocam. Mas a integração não é condição suficiente para que o individuo participe nos desafios e dilemas que se colocam a sua comunidade.

O segundo é o interesse que os cidadãos dão a questões de natureza política. O menor ou maior interesse pela política é fundamental na decisão que o individuo toma de participar ou não debate público. Quanto menos se interessar pela política reduzem as probabilidades de

⁶ Os franceses preferem falar em *citoyenité par le bas*.

⁷ Putnam, R. 1993. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton/ New Jersey: Princeton University Press. 2000. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Touchstone

participar e aumentam quanto maior o seu interesse pela política. O último é o sentido de pertença a comunidade onde residem. Ora, a integração, o interesse e o sentido de pertença são factores determinantes para explicar a apatia ou acção dos cidadãos. Para os “*comunitaristas*” a cidadania é construída no processo de participação no campo político.

Robert Putnam afirma que “*o interesse por acontecimentos políticos e a devoção a causas públicas são o centro da virtude cívica (1993:87)*”. Quer isto dizer que a virtude cívica – participação na política, no debate público – é fortemente influenciada pelo interesse que se atribui a política e a ao interesse que o indivíduo atribui a causa pública.

O paradigma comunitário (*communitarian theory*) é marcado por duas tendências de explicação fortemente relacionadas da influência política da comunidade sobre os indivíduos. A primeira é da *identificação comunitária*. Para esta a disposição, por parte dos indivíduos, de laços afectivos profundos com a comunidade e um sentido de solidariedade entre si, condiciona a decisão de participar no campo político. Pode-se arriscar a afirmar que os laços afectivos e o sentido de solidariedade proporcionam condições favoráveis para a participação dos cidadãos na política.

A segunda é a da *interacção comunitária*. O argumento desta é de que há maior tendência ao engajamento na acção política local quando os indivíduos mantêm relações sociais com os outros indivíduos e grupos da comunidade.

Em relação a este aspecto Mahomood Mamdani⁸ faz uma observação interessante. Ele considera que há por parte dos investigadores pouca preocupação em definir movimentos sociais. Este afirma que “it was characteristic of the “social movements” project that its participants did not begin with a definition exercise – what is a social movement – but with a focus on those groups and activities that they considered key to understanding the course of democratic struggle in different country situations (Mamdani 1995:7). Não obstante o reparo que considera que é importante estudar as associações e/ou os movimentos sociais.

Robert Putnam destaca a importância do capital social na decisão de participar ou não no debate público. Entenda-se por capital social *as ligações entre indivíduos em redes sociais e as normas de reciprocidade e fidelidade que se erguem neles (Putnam, 2000:19)*. Portanto, o capital social está relacionado com o que alguns teóricos consideram virtude cívica. A virtude cívica é, na visão de Putnam, poderosa quando formada na densa rede de relações recíprocas. Por isso os indivíduos agem como forma de solidariedade para com os outros porque tem a

⁸ Mamdani, M. 1995. *African studies in social movements and democracy*. Dakar: Codesria.

noção de que em situação semelhante podem necessitar da ajuda dos demais. Consequentemente, as interações frequentes entre os diferentes actores tendem a produzir normas de reciprocidade generalizada. O engajamento cívico e capital social, por um lado, vinculam obrigações mútuas e responsabilidades para acção. As redes sociais e as normas de reciprocidade, por outro, podem facilitar a cooperação para benefícios mútuos.

Robert Bellah (1998), no seu trabalho *community properly understood: a defense of "democratic communitarianism"* reafirma a importância das associações cívicas e da comunidade. Segundo Bellah

“a good community is one in which there is argument, even conflict, about the meaning of the shared values and goals, and certainly about how they will be actualized in everyday life. Community is not about silent consensus, but where the consensus can be challenged and changed – often gradually, sometimes radically – over time (Bellah, 1998:16).

Bellah discorda da ideia comumente veiculada de que a comunidade é um espaço restrito em que não existe conflito. Para este, comunidade não significa consenso silencioso mas uma vida reflexiva. É, nesse processo reflexivo que a comunidade e as associações podem colocar em causa o consenso. Os cidadãos, segundo Bellah, encontram-se somente realizados através da comunidade. Somente comunidades fortes, saudáveis, moralmente vigorosas conseguem formar indivíduos moralmente vigorosos.

Patrick Chabal (1992), também analisa o político centrando-se na local. Segundo este a “community is defined as a political community by the way in which its members create, re-created and abide by existing principles of political obligation (1992:54). É, portanto, importante compreender as dinâmicas através das quais os membros da comunidade as criam, re-criam estabelecendo princípios de obrigações políticas. Este acrescenta que “the notion of political accountability is thus central to the understanding of politics; it is the earth of any historically grounded political analysis. Political accountability thus defines the political arena within which the rulers seek to maintain, and the ruled to combat, the relation of inequality and coercion which all power relations entail (1992:55). A ideia da arena é interessante em Chabal para perceber a luta política.

Mari Ailli Tripp (1999), também, problematiza a questão da participação dos cidadãos na vida pública. Este destaca que as associações emergiram quando a habilidade do Estado para garantir segurança, recursos adequados e vários serviços enfraqueceu. Segundo Tripp a pressão da sociedade civil através das associações tem como consequências mudanças positivas na agenda do Estado, abrindo novos espaços políticos e conduzindo algumas

políticas mas em linha com os vários imperativos sociais (Tripp,1999:221). E, são estas associações que fornecem responsabilidade aos actores políticos locais.

O paradigma comunitário é para nós interessante para compreender a forma como os boquienses lidam com a política no quotidiano.

A participação política em Moçambique

A nossa análise nesta parte do trabalho, vai cingir-se a apresentar as abordagens que discutem a questão da participação dos moçambicanos na política. Na apresentação vamos destacar as abordagens que tendem a estudar a participação dos moçambicanos na política no período posterior a adopção da constituição multipartidária. É fundamental por isso reter a ideia de que a participação dos cidadãos no campo político local, distrital ou nacional é fundamental para o fortalecimento da democracia.

Os estudos sobre o político em Moçambique são basicamente marcados por três tendências de análise. Estas, as tendências portanto, intimamente, relacionadas com a trajectória histórica que o país seguiu. Referimo-nos aos períodos histórico - político colonial, pós-colonial e do que grande parte da literatura sobre o político em África denominou de transição⁹ para a democracia. No entanto, nestes períodos podem-se distinguir mais unidades histórico-político de análise. Essa possibilidade em nada altera a pertinência operacional da periodização que propusemos.

A primeira procura analisar de forma compreensiva a forma como as relações políticas se estabelecem no período colonial. Há duas temáticas que marcam as reflexões sobre o político neste período histórico. A problematização da relação das autoridades coloniais com os indígenas. Estes procuram descrever as relações sociais e políticas entre as autoridades coloniais portuguesas e os africanos nativos – os colonizados. Há uma preocupação em perceber o processo de estabelecimento de regras que regulam a relação das autoridades coloniais com os indígenas. Por outro lado, procuram entender as condições da emergência do(s) movimento(s) nacionalista(s). No primeiro caso há uma preocupação com o estabelecimento das regras que regulam a relação das autoridades coloniais com os nativos africanos. No segundo e resultante do estabelecimento das regras, há preocupação em compreender a reacção dos africanos a nova gramática política imposta pelo colonizador.

⁹ Vide: Banock, M.1992. *Le processus de démocratisation en Afrique*. Paris, L'Harmattan; Akindés, F. 1996. *Les mirages de la Démocratie en Afrique Subsaharienne Francophone*. Paris, Khartala; Chabal, P./ Daloz, J.-P. 1998. *Africa Works – Disorder as political instrument*. Londres. Bayart, J-F. 1986. *L'État en Afrique: la politique du ventre*. Paris: Fayard; 1996. *La greffe de L'Etat*. Paris: Karthala; 1999. *The criminalization of the State in Africa*. Oxford: The International African Institute.

Os estudos que abordam a participação dos cidadãos na política no período colonial destacam que esta era feita por meio de associações. Mas divergem na forma como analisam a acção destas associações.

Há uma corrente que defende que as associações e sindicatos que surgiram nesse período em nenhum momento tiveram como objectivo confrontar o regime colonial¹⁰. Mas, há outra corrente que as organizações sociais e políticas que emergiram no período colonial tinham como finalidade afrontar o regime¹¹. Para os apologistas desta corrente, casos de Aurélio Rocha (2000) e José Capela (1983), estas organizações sociais e políticas foram importantes para a emergência do nacionalismo moçambicano.

A segunda aborda o período pós-colonial. Os estudos científicos que analisam este período histórico - político são caracterizados por duas tendências. A primeira é pouco simpática ao projecto revolucionário da Frelimo, que critica as opções políticas, económicas e sociais tomadas pela Frelimo no período pós independência. A segunda, mais simpática com o projecto revolucionário da Frelimo exalta por um lado, a conquista da independência e os constrangimentos que foram impostos ao projecto revolucionário da Frelimo¹². Para o sociólogo Elísio Macamo “os estudos moçambicanos” problematizam este período histórico tendo como foco o que denomina de “indústria dos erros da Frelimo” (Macamo, 2002). Trata-se de estudos que analisam o político em Moçambique a partir da discussão sobre o desfecho do projecto revolucionário da Frelimo.

Mas, a viragem política que o país sofreu resultante da adopção da constituição de 1990 impôs nova problemática aos “estudos moçambicanos”. Tratava-se de estudar os factores que condicionaram a recomposição do campo político. Da mesma forma, há uma preocupação em perceber os desafios resultantes da democratização do espaço político. Portanto, as mudanças no modo de gerir as relações sociais e políticas, impõe uma nova gramática social e política que a sociologia política se preocupa em analisar.

A terceira problematiza a recomposição do campo político. Ou seja, preocupa-se em problematizar as consequências da mudança política do mono para o multipartidarismo. Os estudos que analisam este período político são basicamente marcados por três sub-tendências. Uma que analisa as causas da mudança política do monopartidarismo para a democracia em

¹⁰ Um dos principais teóricos desta perspectiva é o historiador José Capela. Para mais informações vide: Capela, J. 1983. *O movimento operário em Lourenço Marques 1897-1927*. Porto: Afrontamento.

¹¹ Vide: Rocha, A. 2000. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: contribuição Para o estudo das origens do nacionalismo Moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Promédia.

¹² Vide: Saúl, John. 1976. *descolonização e neocolonialismo*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 57-92; 1979. *Mozambique: the new phase*. Londres. This Magazine; Cahen, M. *État e pouvoir populaire dans le mozambique indépendant*. Paris, Politique Africaine, pp. 36-60; Serra, A.M. 1984. *Moçambique e a transição para o socialismo*. in: Economia e socialismo, 60. Pp.37-44.

Moçambique. Esta preocupa-se ainda em avançar com algumas hipóteses sobre os desafios que se colocam ao processo democrático em Moçambique. Há uma tese quase que partilhada por muitos autores de que “as reformas do sistema político, embora sob pressão da guerra conduzida pela Renamo, foi a Frelimo que tomou a iniciativa de mudar a constituição do país e – não sem hesitações – introduzir o princípio do multipartidarismo (Brito, 1993:18).

Brito acrescenta que

“um dos obstáculos que se coloca à transformação do sistema político moçambicano é a ausência de uma tradição de cultura política democrática: não só alguns milhões de moçambicanos se vêm subitamente passar de “cidadãos – administrados” a “cidadãos – eleitores”, mas os próprios partidos políticos contam apenas um número muito pequeno de dirigentes com conhecimentos e experiência directa do funcionamento de sistemas políticos fundados na competição interpartidária e em eleições livres (Brito, 1993:25) ”.

A **cultura política** dos cidadãos e dos líderes partidários são, nesta óptica, pilares sobre os quais se deve erguer a democracia em Moçambique.

A democracia pode ser hipotecada caso não haja cidadãos com conhecimentos das regras de funcionamento do sistema político democrático. Ademais, a sustentabilidade do sistema de democracia, em Moçambique, depende em grande parte da capacidade dos actores políticos para transformarem o Estado sem o destruírem. A transformação do Estado sem o destruir só é possível se os cidadãos aprenderem as regras de jogo democrático, participarem do mesmo. Por outro lado, exige dos partidos políticos a formação de seus dirigentes.

José Luís Cabaço também analisa a questão da democratização de Moçambique. Segundo este há dois factores que condicionaram na recomposição do campo político moçambicano. A pressão da situação social e económica que se agravou devido a guerra. E a adopção do programa de reformas preconizadas pelas instituições da Bretton Woods. Para este sociólogo, estas condicionantes agregadas conduziram a passagem a economia de mercado e a respectiva adequação política com a instituição de um sistema de democracia multipartidária.

A outra analisa o comportamento eleitoral dos moçambicanos. E, nesta investigação tomamos comportamento eleitoral, emprestado de Carlos Serra, como o conjunto articulado e frequentemente contraditório de atitudes e de condutas políticas que são, num dado momento, suscitadas por um fenómeno – as eleições – remetendo as primeiras para o que se deseja fazer e as segundas para o que se faz de facto (Serra, 1998).

Os estudos que reflectem sobre a temática procuram compreender os factores determinantes da atitude e a conduta dos cidadãos em momentos eleitorais. Estas abordagens contribuem

para abrir perspectivas de análise e fornecer os fundamentos de um quadro de interpretação teórica do fenómeno democratização em Moçambique.

Segundo Brito o voto ocupa, na teoria democrática hoje dominante, um lugar central e as eleições constituem o fundamento essencial sobre o qual repousa todo o edifício político da democracia (Brito, 1995:474). No entanto, é a competência política dos cidadãos que determina as suas atitudes e as opções políticas. Quando os cidadãos dispõem de um capital e uma cultura política de participação maiores são as probabilidades de intervirem no campo político. Por outras palavras, quando os cidadãos dispõem de conhecimento sobre o funcionamento do sistema e a relação com o político é de proximidade as possibilidades de participarem na política são maiores. Portanto, a distribuição (des)igual da competência política na sociedade é um factor determinante para explicar a acção do sujeito político. A perspectiva analítica proposta por Brito dá relevância ao determinismo. Para este autor, o que determina em última instância a opção política são elementos como a região e etnia de origem dos moçambicanos. Segundo Brito, há uma forte tendência de a origem étnica ou regional dos cidadãos determinar a sua opção política.

Contudo, há outra maneira de estudar e compreender a realidade social. Consiste em estudar de forma compreensiva o sentido que os cidadãos dão aos seus actos e atitudes. O sociólogo Carlos Serra¹³, no seu livro *Eleitorado incapturável*, estuda o comportamento eleitoral dos moçambicanos à luz desta perspectiva teórica. Este procura compreender o sentido que os moçambicanos dão a sua acção política. Esta forma de problematizar a participação política permite perceber as causas que condicionam os cidadãos a participarem na política. Portanto, o desafio da sociologia política, em Moçambique, é o questionamento da realidade a partir da vivência quotidiana dos cidadãos. Ou seja, há que dar voz aos cidadãos para melhor compreender o político.

Esta abordagem surge como alternativa e permite problematizar a perspectiva que sugere que a conduta política dos cidadãos é condicionada por determinismos sociais ou culturais. A abordagem culturalista tende a tirar racionalidade aos cidadãos. O espaço de escolha de decisão dos cidadãos não existe para esta perspectiva. Na nossa perspectiva, há um espaço de manobra em que o cidadão decide se participa ou não sem estar sujeito a determinismos sociais. O que não significa que não haja influência das estruturas sobre os cidadãos. Os determinismos ou influências culturais fazem-se sentir sobre os cidadãos mas estes tem um espaço de autonomia. Portanto, é importante termos em conta a capacidade dos agentes de

¹³ Op.cit.

avaliar e determinar o próprio determinismo. Por outras palavras, mesmo assumindo que há factores sociais, culturais e políticos que influenciam o cidadão nas escolhas políticas este tem uma margem de manobra para decidir sem optar por nenhuma das opções que lhe são impostas pelos mecanismos societais. Em síntese, mesmo estando sujeito a constrangimentos impostos pela superestrutura social cabe ao cidadão decidir como agir no campo político uma vez não estar preso a uma camisa de força.

A última analisa as formas de participação dos cidadãos na política. A preocupação em problematizar o comportamento eleitoral a partir de determinismos é relegada a plano secundário. Impõe-se a perspectiva que sugere que o campo político democrático em Moçambique deve ser estudado a partir do que os cidadãos pensam do processo. Da mesma forma, deve-se tomar atenção a conduta dos cidadãos no quotidiano.

Os estudos sobre o fenómeno democrático sugerem que os mecanismos formais de democracia, o multipartidarismo e as eleições livres, são insuficientes para garantir o exercício da cidadania. Segundo estes os cidadãos não se devem afastar da vida política pelo facto de delegarem o seu poder aos governantes. O controlo das acções dos governantes só é possível se informarem e participarem na vida da sua comunidade. Estudar, por um lado, os espaços e as formas de participação dos cidadãos a nível local e, por outro, sobre as atitudes e condutas destes no campo político é discutir sobre a possibilidade da democracia em Moçambique. Falamos em possibilidade porque a democracia é consequência da participação quotidiana dos cidadãos no campo político. Não basta que os moçambicanos se digam interessados por política. Muito menos que se realizem eleições e que haja multipartidarismo. A democracia é muito mais do que isso. Na nossa perspectiva é importante questionar as razões desse (des) interesse. Perante o (des) interesse manifesto por política podem-se tomar duas atitudes metodológicas. Em primeiro lugar, problematizar as razões do interesse por política. A problematização do interesse pela política permite-nos perceber se existe uma relação de causalidade entre o interesse e a atitude de (não) participação. Em segundo lugar permite-nos descrever os espaços que foram criados para participar dos agentes sociais com a reformação do campo político.

Para Irêe Lundin¹⁴ a democracia, em Moçambique, introduziu entre outras duas mudanças. A abertura, por um lado, do campo político a vários actores políticos. Deixa de existir uma única forma de participação política surgem mais partidos políticos e associações de natureza diversa. A segunda decorre do processo impor aos cidadãos a necessidade de ganhar

¹⁴ 1992

consciência da importância da sua acção no campo político. Ganhando consciência da sua importância os agentes sociais abriram novos espaços de participação. Os novos espaços de participação criados pelos agentes políticos, ONG's, associações locais entre outros, permitiram agregar vários interesses e dar voz aos que antes não se podiam expressar e/ou manifestar porque pensavam diferente. Esta abertura política é salutar. Ela permite que os cidadãos possam participar no campo político fazendo ouvir a sua voz. Por outro lado, torna-se um processo inclusivo, pois, permite a participação de maior parte dos cidadãos. O processo democrático torna-se consolidado quanto mais os cidadãos se sentem incluídos nos processos de governação.

A pluralidade política e de informação, também, contribuem para a melhoria da informação fornecida aos agentes políticos. É importante que haja cidadãos informados e capazes de participar nas decisões que dizem respeito a sua vida quotidiana. Os cidadãos ganham consciência da sua importância no processo quando dispõem de informação sobre as regras de funcionamento do mesmo. Por isso, apenas, com cidadãos informados e que possam participar activamente no processo decisório é que se pode falar em cidadania e de democracia (Baloí & Macuana, 2002). Portanto, todo o movimento de reformas que está a ser empreendido em Moçambique depende, também, da acção que os cidadãos empreendem no campo político. Há uma ideia partilhada dos autores que reflectem sobre o processo democrático em Moçambique de que o fortalecimento desta depende da forma como os cidadãos reagem aos desafios que lhes são colocados pelo campo político.

A participação política no quotidiano. O caso do Bairro do Boquisso A(Matola)

Nesta secção analisamos o nível de conhecimento sobre política dos munícipes da Matola. Estudar a forma como os munícipes concebem o campo político é procurar compreender o seu nível de politização. No entanto, antes de reflectirmos sobre a forma como os munícipes da Matola compreendem o campo político vamos explicar o que se entende por politização.

A politização é muitas vezes associada às instituições. No quotidiano os cidadãos muitas vezes quando se querem referir ao facto, por exemplo, de um partido político nomear pessoas do seu partido ou próximas deste para cargos de administração pública referem que “as instituições estão politizadas”. Neste caso é o facto de as instituições públicas serem dirigidas por cidadãos que são militantes de um partido ou próximas deste que os leva a falar em politização. Assim, o termo aparece com uma carga negativa.

Mas, nesta investigação não associamos o termo ao sentido anteriormente descrito. Consideramos que a politização não se reduz a distribuição de cargos ou a partidarização das instituições públicas. Há três aspectos importantes e a considerar associados à politização. O primeiro é o conhecimento que os munícipes tem em relação aos seus direitos e deveres políticos. Trata-se do munícipe estar consciente do que lhe é permitido fazer e do que deve fazer. Isto porque num Estado de direito os cidadãos têm direitos mas, também, deveres para com o mesmo. O segundo é o interesse que os munícipes nutrem pela política. Uns são mais interessados pela política que os outros. Há, portanto, munícipes que são apolíticos por razões religiosas ou pessoais. Outros são mais interessados pela política. Estes tendencialmente participam na vida da sua comunidade colocando a sua voz de protesto quando necessário. E, o último é difusão dos meios políticos. Este está associado aos mecanismos através dos quais se faz a divulgação das actividades políticas.

Diante disto definimos politização na perspectiva do sociólogo Braga da Cruz¹⁵. Nesta investigação compreende-se politização como sendo a progressiva tomada de consciência dos direitos e deveres políticos, com o inerente interesse crescente pelos factos da vida política, bem como a progressiva difusão de meios políticos de intervenção nos destinos da colectividade, como resposta aos mecanismos de activação política dos cidadãos (Cruz, 1985:1073). A politização encontra-se associada ao conhecimento que os cidadãos têm do campo político. É a partir do conhecimento que os munícipes tem do campo político que ganham o sentido de consciência política. E, a consciência política é indispensável para que os munícipes da Matola se afirmem e se vejam como agentes importantes para o funcionamento do campo político local.

As percepções que os matolenses têm do campo político devem ser analisadas em função da experiência de cada um dos grupos que podem ou não estar de acordo com os valores dominantes. Em relação a este aspecto Pierre Bourdieu refere que dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social, a distribuição de opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos (Bourdieu, 2001:165). De facto, em qualquer sociedade o conhecimento sobre política está desigualmente distribuído pela população. Os cidadãos com maior formação e informação tendem a ser os que mais conhecimentos dispõem e com mais capacidade de intervir no campo político. Quanto mais desapossados de conhecimentos sobre

¹⁵ Op. Cit

política menos possibilidades os munícipes tem de participar na vida da sua comunidade. Por isso, as percepções que os cidadãos da Matola têm de política aparecem como elementos de coesão de um grupo face a outro grupo, exprimindo assim o sistema de diferenciações existentes na sociedade.

Consideramos que o nível de conhecimento, dos cidadãos da Matola, do campo político desempenha papel importante para compreender e/ou explicar a (não) participação na vida política da sua comunidade. Esta, a politização portanto, aparece como uma variável da participação política. Sendo que a conjugação desta com outras variáveis como o associativismo, activismo social, informação política, interesse pela política, mobilização política e posição política, pode discriminar comportamentos participativos.

Na nossa perspectiva existem três factores que agregados podem explicar a influencia da politização na (não) participação dos *matolenses* em particular e dos moçambicanos em geral na política. O primeiro é o conhecimento do campo político. Portanto, o conhecimento do campo político é a condição básica para que qualquer indivíduo enquanto munícipe interessado em intervir no campo político se possa orientar. É com base no conhecimento do campo político que os munícipes orientam as suas decisões, escolhas políticas e orientam a tomadas de decisões sobre matérias que tenham a ver com a sua vida quotidiana. No entanto, elementos como a informação e a integração dos munícipes na vida da sua comunidade, também contribuem para que a sua intervenção seja (in) eficaz ou (in) consciente na vida política. Ou seja, ambos podem contribuir para que a participação dos munícipes seja uma participação alienada ou consciente. A participação é alienada quando o munícipe decide intervir na vida pública sem o mínimo de conhecimentos e informação necessária para o fazer. Pelo contrário, quando dispõe de informação necessária e de conhecimentos sobre o funcionamento do campo político a sua (não) participação é consciente.

O segundo é a familiaridade ou proximidade com os problemas do bairro ou município. Neste, o facto de o munícipe estar integrado na comunidade, por exemplo, no bairro onde reside e conhecer os problemas que este enfrenta pode de alguma forma contribuir na sua decisão de participar na esfera pública. Por isso, a participação do munícipe pode ser com a intenção de procurar solucionar alguns dos problemas que são colocados no quotidiano da sua vida. Consequentemente, o facto de ele estar integrado e dispor de conhecimentos levam-no a procurar formas de solucionar os problemas. É, nesta procura de soluções para os problemas que o munícipe intervém no campo político.

O último aspecto a ter em conta é a acumulação de saberes. Trata-se dos saberes que o cidadão acumula ao longo do tempo em função da informação que adquire e da prática de actividades no campo político.

Todavia, há que referir que o campo político não se reduz a um único campo - o da luta pelo poder político. Há uma multiplicidade de sub - campos onde os cidadãos podem colocar a sua voz. Os munícipes podem participar na política através da sua militância em associações. Nestas estes podem desenvolver uma série de actividades como pressionar o poder político local a resolver os problemas que a comunidade enfrenta. Ou ainda contribuindo na resolução dos problemas que as comunidades enfrentam. Podem, ainda, envolver-se individualmente em actividades mobilizadas pelas autoridades locais. É em espaços como estes que os munícipes podem, no quotidiano, debater e intervir na vida política sobre matérias que influenciam directamente na vida da sua comunidade. Por isso, compreender o funcionamento do campo político conduz necessariamente a interrogar-mo-nos sobre o nível de politização dos munícipes da Matola.

Assim, quando se supõe que a participação política dos munícipes da Matola diminuiu, não quer dizer automaticamente que tenha aumentado a sua marginalização política. Interessa-nos saber se essa diminuição da participação se operou no sentido do *exit* ou no sentido da apatia. Importa perceber se o que determinou a desparticipação foi a diminuição ou ausência de informação e, por conseguinte da consciência política. Nesse caso diríamos que o munícipe não participa porque não dispõe de informação suficiente para o fazer. Ou, se pelo contrário, foi a vontade de estar activamente no processo que diminuiu. Neste caso, contrariamente ao anterior o munícipe dispõe de conhecimentos e informação dos factos da vida política mas decide não participar .

Deste modo, consideramos que é necessário reflectir sobre o interesse que os munícipes tem ou não pela política. Isto porque o interesse ou desinteresse manifestado pelos munícipes pode influenciar na sua decisão de participar ou não no campo político. A partida, os munícipes interessados pela política têm mais probabilidade de participar nas disputas políticas que os munícipes menos interessados pela política. Temos presente que o interesse pela política não é o mesmo em todos os munícipes. Uns são mais interessados pela política que os outros. Portanto, o interesse varia de individuo para individuo, de grupo para grupo e ainda em relação ao género. Por isso, o interesse pela política é uma variável subjectiva. Ela varia quer com a opinião que se tem da política, quer ainda com o valor normativo que se atribui a política.

Nesta investigação, consideramos duas variáveis como fundamentais para analisarmos, o interesse dos munícipes pela política. Num primeiro momento a opinião que os munícipes da Matola têm sobre a política. Neste caso, o interesse era de perceber a ideia que os munícipes fazem de política. Compreender a representação que estes fazem da política. Tratava-se, por outras palavras, de perceber que ideia estes têm construído sobre política. Num segundo momento compreender o valor normativo que estes atribuem a política. Aqui, procuramos captar o nível de interesse que cada munícipe atribui à política na sua vida.

A melhor forma de captar o interesse pela política é indagar directamente dos munícipes. A questão colocada foi: o que é, em sua opinião, política? No caso do Município da Matola quisemos avaliar o (des) interesse que os cidadãos deste município têm de política.

Contrariamente ao que se poderia esperar de uma comunidade como a *matolense*, onde há muitas pessoas analfabetas, constatamos que existe um número elevado de munícipes que se declararam interessados pela política. Do total (51) de munícipes inquiridos, mais de metade (36) declararam-se interessados pela política. Apenas quinze (15) munícipes revelaram não interessar-se pela política. Mas este desinteresse é, como demonstraremos adiante quando analisarmos as razões do (des) interesse dos munícipes pela política, um interesse negativo. Os dados do quadro 1 ilustram muito bem o facto de a maioria dos munícipes inquiridos interessar-se pela política.

Quadro 1. Avaliação do interesse pela Política.

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Está interessado	10	26	17	16	3	10	23	3
Não está interessado	1	11	2	8	1	1	6	3
NS/NR	1	2	1	1	2	0	2	0

N = 51

O interesse declarado pela política pela maioria dos munícipes seria, em princípio, um indicador do nível relativamente elevado de politização da sociedade matolense. Mas, a análise às respostas dadas a outras questões do inquérito, nomeadamente em relação as formas de participação na vida do Município e a reacção aos problemas que enfrentam no quotidiano, revelam dois aspectos a ter em conta que de alguma forma questionam esse interesse manifesto pela política declarado pela maioria dos munícipes. O primeiro é o desconhecimento notório e declarado pelos munícipes de alguns mecanismos de participação política. O segundo é a atitude de quase apatia quando colocados perante obstáculos na

comunidade. Portanto, as respostas dadas relativamente a participação na vida pública e a forma como reagem aos problemas que enfrentam no quotidiano entram aparentemente em contradição com o facto de a maioria dos munícipes declarar interessar-se pela política.

Mesmo assumindo que a maioria dos munícipes inquiridos na Matola tem interesse pela política, colocaram-se-nos algumas questões de interesse analítico importante: Entendem eles a mesma coisa quando falamos de política? Será que utilizam os mesmos critérios para julgar a intensidade das suas práticas? Não estarão a produzir uma mesma resposta a partir de elementos diferentes?

Considerando o quadro 1, constatamos que o interesse pela política está desigualmente distribuído pelos munícipes. A distribuição do interesse pela política mostra que os homens se declaram mais interessados pela política que as mulheres. Estes dados confirmam o princípio da divisão sexual que domina a maior parte das sociedades onde ao homem correspondem actividades ligadas ao espaço público e às mulheres as actividades que se desenvolvem no espaço doméstico ou privado. O estudo realizado sobre o poder político e protagonismo feminino em Moçambique mostra que “o acesso das mulheres ao poder e aos espaços políticos¹⁶ continua a ser constringidos pela socialização primária, que a discrimina face a recursos como a escola, a saúde e o emprego que a mantém numa situação em que novos mecanismos de desigualdade se produzem (Osório, 2003:369)”. Á partida os dados transmitem a ideia de que os homens revelam um maior interesse que as mulheres. Mas, se tivermos em conta o número total de mulheres inquiridas (11) constatamos que a maioria das mulheres (10) inquiridas revelam interessar-se pela política. Mas este interesse manifesto pela política por parte da maioria das mulheres resulta do facto de a maioria das mulheres inquiridas fazerem parte de partidos políticos e associações locais. Portanto, o interesse manifesto e declarado destas resulta de dois factores. O primeiro é a importância que estas atribuem a política. O facto de militarem em partidos políticos e associações dá-lhes outra percepção da política. O segundo é a opinião que estas tem de política. A par destes dois elementos está a socialização a que estas mulheres são sujeitas nos grupos em que militam. Por isso, consideramos que este interesse manifestado pelas mulheres da Matola pela política não coloca em causa a ideia comumente defendida por alguns cientistas sociais, como a socióloga Conceição Osório, da divisão sexual que domina maior parte das sociedades em que as actividades de índole doméstica estão reservadas as mulheres. Isto porque as mulheres que aceitaram responder ao questionário a partida interessam-se pela política.

¹⁶ O sublinhado é meu.

A análise dos dados dos inquéritos atendendo a ocupação dos munícipes apresenta contrastes que interessa compreender. Observando com atenção o quadro 1 podem-se tirar várias conclusões. Mas, vamos centrar-nos na análise de dois aspectos. A tendência observada na distribuição das respostas mostra que os munícipes inquiridos, que militam em partidos políticos ou associações, são os que declaram mais interessados pela política. O interesse declarado pela política, pela maioria destes munícipes, pode ser explicada pela importância que estes atribuem a política. Aliada a importância que estes atribuem a política está a socialização política que os fornece mais elementos para que dominem o jogo político.

Para a maioria destes munícipes a vida em sociedade é impensável sem a política. Estes quanto questionados sobre as razões do seu interesse pela política afirmaram: « porque qualquer ser humano faz política e não há outra maneira de viver que não seja fazer política[...] não consigo viver sem rumo[...] nenhum país e governo vive sem política»¹⁷. Para a maioria destes munícipes a política faz parte do quotidiano dos cidadãos.

No entanto, consideramos que o facto de um munícipe estar filiado a um partido político ou associação pode, também, influenciar no interesse que manifesta pela política. A socialização política que estas organizações submetem os seus membros contribui de alguma maneira para que estes se interessem pela política. Isto porque a socialização pode englobar o fornecimento de informação e a educação dos cidadãos, o desenvolvimento do seu sentido de eficácia política, a promoção da capacidades deliberativas e o desenvolvimento de virtudes cívicas tais como a tolerância, a confiança, o respeito pelo outros e a reciprocidade (Waren, 2004:88). Portanto, é nestes grupos que os munícipes são formados e munidos dos papéis sociais que os compõem. As associações e os partidos políticos inculcam nos munícipes os valores, as atitudes e as orientações que lhes permitirão desempenhar o seu papel político. Por isso, é importante quando nos debruçámos sobre a questão do interesse dos munícipes da Matola pela política prestar atenção nos factores que determinam esse (des) interesse.

Os munícipes inquiridos, sugeriram três factores quando questionados sobre as razões do seu interesse pela política. O primeiro decorre do facto de considerarem que a política influencia de forma directa a nossa vida quotidiana. Segundo alguns munícipes:«[...] é através da política que se definem os destinos da Nação [...] a política faz parte do nosso dia-a-dia [...] porque vivo num meio político e tenho que me interessar por ela». Para os munícipes, as medidas tomadas por quem governa são políticas. Sendo políticas tem

¹⁷ Inquéritos realizados no posto administrativo da Matola -sede com membros de associações e partidos políticos. In: arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

repercussões no nosso quotidiano. Como referimos anteriormente para alguns dos munícipes a vida em sociedade é impensável sem a política.

O segundo advém da necessidade dos munícipes aprenderem as regras de jogo do campo político democrático. Esta ideia está bem patente nas afirmações que transcrevemos: « através da política adquire experiências novas. [...] Com a política consigo estudar e aprender coisas novas. [...] Ajuda a aprender muitas coisas. [...] Aumenta os conhecimentos do indivíduo e ajuda a conhecer várias situações do Mundo»¹⁸. Portanto, para alguns munícipes a participação na vida pública é feita com o intuito de aprender. Ao participarem na vida política para além de procurarem solucionar os seus problemas ou elegerem os dirigentes ganham outros conhecimentos sobre o campo político. A necessidade do munícipe aprender surge como factor de motivação para a participação na esfera política. Esta ideia da aprendizagem é, também, sugerida pela perspectiva teórica educativa. Segundo esta perspectiva os indivíduos intervêm no campo político com o objectivo de aprender as regras do jogo político. Portanto, todo o acto de participação é consequentemente um acto de aprendizagem.

O terceiro decorre da necessidade do munícipe ver solucionada uma preocupação ou problema que o aflige. Neste caso, como demonstram as afirmações dos munícipes procuram participar no espaço público com o objectivo de lutar pela melhoria da sua condição de vida. « Participo na política porque quero ver melhorada a vida da população.[...] Participo na política porque gosto de ver a população bem e sem problemas.[...] Devo participar para dar a minha contribuição em prol do desenvolvimento do país»¹⁹. A atitude do munícipe é de alguma forma altruísta. Isto porque o munícipe age no intuito de ver resolvida uma preocupação. A sua participação pode ser com vista a obter uma mais-valia ou, apenas no sentido de ser útil a terceiros. A mais valia pode ser a resolução do problema ou adquirir notoriedade. Para ver solucionado um problema a acção do munícipe pode ser individual ou através da acção de grupo.

Quando observamos o interesse pela política dos munícipes em função do nível de escolaridade subsistem duas ideias. A primeira é a de que não é o nível de escolaridade que determina que um munícipe seja mais interessado pela política que os demais. Como referimos, anteriormente, o interesse pela política varia quer com a ideia que os cidadãos têm de política quer com o valor normativo que atribuem a esta na sua vida. A segunda é o facto

¹⁸ Inquéritos realizados nos Bairros Patrice Lumumba, Infulene, Fomento e Matola C. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

¹⁹ Entrevistas realizadas na Machava – sede, Patrice Lumumba e Matola G. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

de na categoria dos munícipes com formação superior não encontrarmos diferenças entre os que se interessam e os que não se interessam pela política. Isto demonstra mais uma vez que o interesse pela política não é directamente proporcional ao nível de formação dos cidadãos. A concepção que os cidadãos têm de política, a informação que é disponibilizada é o elemento que pode contribuir para que estes se interessem pela política. Portanto, os dados demonstram que o interesse pela política não é determinado pelo nível de escolaridade dos munícipes.

Pelo contrário, os munícipes desempregados e os que trabalhadores são os que se declararam menos interessados pela política. Em ambos grupos há uma relação entre o desinteresse subjectivamente manifestado com o desinteresse objectivamente declarado. Estes ao contrário dos que se mostraram interessados pela política não militam em qualquer tipo de organização política.

Quando questionámos os munícipes para percebermos as razões pelas quais se desinteressam pela política estes sugeriram três factores. Uns afirmam que a « política rouba tempo»²⁰. Assim um dos factores que explica que alguns munícipes se declarem menos interessados pela política é o facto de esta ocupar-lhes demasiado tempo, pois, não tem nenhum ganho quando se envolvem na política. Em consequência desta asserção tiramos duas ilações. O facto, por um lado, de existirem para os munícipes actividades mais interessantes e rentáveis que a política. Sendo que é mais rentável despende tempo em actividades que à partida dar-lhes-ão lucro ou algumas vantagens materiais. Diríamos que dentre as várias actividades os munícipes fazem um cálculo de custo benefício relegando consequentemente a política para plano terciário. Ou, por outro lado, o facto de estes considerarem a política um campo que não é do domínio dos profanos. Mesmo sabendo que qualquer cidadão pode intervir no campo político estes estão conscientes de que os produtores de bens políticos e das decisões políticas são os governantes. Consequentemente a sua acção como munícipes terá efeitos nulos.

Outros sugerem razões de ordem moral. Estes afirmaram não se interessar pela política « porque todo aquele que é político acaba sendo um aldrabão. A política força as pessoas a mentir. [...] Porque não creio que seja uma área em que haja mora e ética; isto devido a imoralidade dos políticos actuais. [...] Porque vejo muita injustiça e sou sensível a injustiça. [...] A política é um campo onde reina muita mentira. [...] Porque há muita

²⁰ Inquéritos realizados na Matola G. In: In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004

chantagem na política»²¹. Para estes o desinteresse resulta do clima de imoralidade que reina no campo político em Moçambique.

Diante disto constatamos que estes manifestam um interesse negativo pela política. De alguma forma já se mostraram, anteriormente interessados pela política mas decorrente do clima de imoralidade para utilizar as palavras dos inquiridos desinteressaram-se pela política.

Outros, ainda, sugerem motivações ligadas a (des) crença nos políticos e em relação a forma como está organizado o nosso sistema político. Estes consideram que não se interessam pela política porque «não acredito nos políticos. [...] não tenho nada a ver com isso governe quem governar as coisas continuam na mesma.[...] O nosso sistema político é muito desorganizado, não é como gostaríamos que fosse.[...] Porque os políticos defendem os seus interesses»²². Estes em virtude da descrença em relação aos políticos e ao sistema político desinteressam-se pela política. Este desinteresse pode resultar dos desgaste que os munícipes vão acumulando em relação as promessas que os políticos fazem e não cumprem. Mais uma vez fica patente o interesse negativo destes pela política resultante do desencantamento destes em relação a classe política.

Quisemos ainda avaliar o conhecimento que os munícipes da Matola tem do campo político. Este, a par do interesse pela política constituem a condição fundamental para que os cidadãos participem na vida política. A análise do nível de conhecimento políticos, dos munícipes, foi feita a três diferentes níveis. Procuramos, em primeiro lugar, saber acerca da percepção que os *matolenses* têm da noção de política. Por isso, as percepções que tem de política devem ser avaliadas em função da experiência social de cada munícipe.

Relativamente a noção de política, como demonstram os dados do quadro 2, há uma forte tendência dos munícipes inquiridos considerarem política como toda a estratégia que tenha como objectivo alcançar um fim. Estes afirmam que política é « conjunto de normas para dinamizar as actividades sejam política, económicas ou sociais.[...] Conjunto de procedimentos que nos levam a atingir determinado objectivo.[...] Estratégia que tem por base influenciar comportamentos das pessoas»²³. Para os munícipes que concebem a política como estratégia os fins a atingir por esta são previamente estabelecidos. Neste sentido o termo não é exclusivo da sociologia política.

²¹ Entrevistas realizadas na Machava - sede, Matola C e Liberdade. In: In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

²² Inquéritos realizados na Matola C, Machava - sede, Liberdade e Patrice Lumumba. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

²³ Inquéritos realizados no Infulene, Liberdade e Matola C. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

À partida a maioria dos munícipes olha para a política como uma estratégia conforme mostra o quadro 2. Mas, há uma segunda ideia sugerida pelos inquiridos – a de governação. Estes consideram que política é « maneira de governar um país, manter as leis e a ordem.[...] Mecanismo através do qual os políticos governam um país.[...] Dirigir uma Nação»²⁴. Segundo estes munícipes política é toda a actividade que esteja directamente ligada a governação. Outra ideia sugerida pela minoria dos munícipes (6) é da mobilização política. Segundo estes política é « maneira de mobilizar as pessoas para atingirem um certo objectivo.[...] uma forma de guiar a comunidade/sociedade»²⁵. O sentido que estes atribuem a mobilização é de um processo através do qual os líderes procuram incentivar os munícipes a envolverem-se, por exemplo, em actividade ligadas ao Município. Nesta investigação a mobilização é entendido como processo que visa criar ou reactivar um engajamento ou uma identificação com o objectivo de promover fins colectivos. Este processo pode ser com vista a influenciar decisões públicas ou para propor novos valores.

Quadro.2. O que é, para si, política?

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Governação	2	13	5	8	1	2	8	3
Estratégia/forma de reger a sociedade	6	23	12	14	5	7	17	3
Mobilizar a população	3	3	3	2	1	1	6	0

N=51; Respostas múltiplas.

Diante destas respostas, concluímos que os munícipes da Matola têm uma ideia bastante consistente do que é política. As ideias sugeridas, estratégia, governação e mobilização política, não obstante serem diferentes estão associadas a ideia de política sugerida pela ciência bem como pela sociologia política. Em todas está patente a ideia de luta política e a necessidade de os munícipes intervirem na vida pública.

Em segundo lugar procuramos avaliar o nível de conhecimento dos munícipes em relação as actividades que fazem parte da política. E a melhor forma de problematizar esta questão foi saber dos munícipes que actividades são consideradas políticas?

A maioria dos munícipes inquiridos, conforme mostram os dados do quadro 3, revela um conhecimento das actividades que fazem parte da política. Os dados apresentados dão

²⁴ Inquéritos realizados nos Bairros Patrice Lumumba, Liberdade e Matola C. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

²⁵ Inquéritos realizados no Bairro da Matola G. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

indicação de quão alto é o número de munícipes da Matola com conhecimentos das actividades que fazem parte da política.

Quadro 3. Avaliação do conhecimentos das actividades políticas

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Militância em Partidos e Associações	3	15	9	9	0	6	10	2
Governança	2	13	9	6	1	3	8	3
Mobilização Política	4	8	6	6	0	5	6	0
Voto	1	1	0	2	0	0	1	0
Actividades económicas/sociais	4	22	8	13	5	2	19	4
NS/NR	2	0	0	0	2	1	0	0

N =51; Respostas múltiplas

Os munícipes que militam em associações e os que trabalham por conta de outrem apresentam um padrão de respostas semelhantes. A diferença está na ordem que atribuem a cada uma das actividades que referem como política. Os primeiros destacam como principais actividades políticas o militantismo, a governança e as actividades económicas/sociais. Cada uma destas exige dos munícipes uma forma de acção diferente. Os outros, pelo contrário, destacam as actividades económicas/sociais como principal actividade política. Em seguida destacam o militantismo, a governança e a mobilização política. Os desempregados, em virtude de se encontrarem mais afastados da política, tem uma tendência em considerar as actividades económicas/sociais como principal actividade política. Se neste aspecto não encontramos diferenças em relação aos outros grupos constatamos que para estes as actividades ligadas ao militantismo não são consideradas como políticas.

Ainda em relação ao conhecimento das actividades ligadas a política constatamos que os homens apresentam um padrão de respostas semelhante ao apresentado pelos cidadãos que militam em partidos políticos e associações. As mulheres pelo contrário, dão bastante primazia a mobilização política e as actividades económicas/sociais. Este facto pode estar associado, por um lado, ao facto de a maioria das mulheres inquiridas desenvolverem actividades de sensibilização juntos as populações no âmbito do trabalho das associações das quais fazem parte.

As actividades referenciadas como políticas pelos munícipes inquiridos estão de alguma forma associadas a necessidade de acção colectiva. Trata-se de actividades que os munícipes podem desenvolver em organizações ou associações colectivas. O quadro 3

demonstra que os munícipes inquiridos considerem cinco actividades como sendo política. A primeira é o desenvolvimento de actividades económicas e sociais. A segunda é a militância em partidos políticos e associações. A terceira é a governação. A quarta é a mobilização política. A última é o voto. Em relação ao voto, os munícipes que militam em partidos políticos e associações e os desempregados não o consideram uma actividade política. Esta situação quando observamos o nível de escolaridade ocorre nos cidadãos que tem o ensino primário e os licenciados.

Por último, procuramos saber a opinião dos munícipes em relação aos protagonistas - actores – da política. A questão colocada, para avaliar o conhecimento destes foi: quem é que faz política em sua opinião? Os dados dos inquéritos apresentados no quadro 4 permitem-nos perceber a ideia de que para a maioria dos munícipes (30) inquiridos os cidadãos são os principais actores da política.

Quadro 4. Avaliação do conhecimentos dos actores da política.

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Militantes de partidos/associações	2	10	5	6	1	4	7	1
Os governantes	5	7	3	7	2	3	7	0
Os cidadãos	5	25	12	13	5	4	19	4

N=51; Respostas múltiplas

De facto, observando com atenção a distribuição das respostas notamos que tanto a nível de género bem como da ocupação e do nível de escolaridade há uma tendência em considerar o cidadãos como protagonista do campo político. Diante disto coloca-se-nos uma questão com implicações analíticas importantes: Será que a ideia partilhada de que os cidadãos são os protagonistas na política tem implicações na participação dos munícipes na vida pública? Essa é uma questão para explorar no capítulo seguinte.

Todavia, consideramos que há um desfasamento entre o interesse declarado pela política pelos munícipes e uma acção efectiva na vida pública. Isto porque não basta se declarar interessado pela política. É necessário, também, dispor de recursos cívicos como conhecimentos sobre o jogo político, sobre o quotidiano da comunidade e informação para participar no campo político.

Contudo, para a maioria dos munícipes inquiridos existem três actores no campo político. Trata-se do cidadão comum, dos cidadãos associados a um partido político ou associação e dos governantes. Estes é que dão vitalidade as disputas políticas. Esta

categorização dos actores da política de alguma forma revela o nível de importância que cada munícipe atribui a cada um dos protagonistas. Isto porque cada um destes actores tem formas próprias de intervir na política e está sujeito a diferentes constrangimentos.

Quando analisamos os dados do quadro 4 constatámos que os três grupos (cidadãos militantes de partidos, trabalhadores por conta de outrem e desempregados) consideram que os cidadãos são os protagonistas da política. O facto de a maioria dos munícipes considerar que os cidadãos são os protagonistas da política pode ser explicada por dois factores. O primeiro é a concepção que se tem da democracia. As campanhas de educação cívica que se seguiram a adopção do multipartidarismo e muito veiculadas nos períodos pré-eleitorais insistem na ideia de que «a democracia é o governo do povo» [...] em democracia o povo é que manda. A segunda, a mais importante, é a concepção da igualdade dos cidadãos perante a constituição. sendo iguais perante a constituição e gozando dos mesmos direitos qualquer cidadão pode ser protagonista do jogo político. Em consequência disso para a maior parte da população a política não é um domínio restrito aos governantes. Os cidadãos que se mostrem interessados pela política e decidam intervir no campo político podem o fazer.

Outra ideia sugerida, em relação aos actores da política é da militância. Segundo estes os protagonistas do jogo político são os militantes de partidos políticos e das associações. Os munícipes trabalhadores e os que militam nestes grupos (partidos e associações) são os que mais defendem esta posição. O facto de os partidos políticos envolverem-se em disputas pelo poder político e de as associações serem de alguma forma um interlocutor dos munícipes junto do governo pode explicar o posicionamento destes munícipes.

Pelo contrário os munícipes desempregados tendem a considerar que os protagonistas do jogo político são os cidadãos. O facto de estes estarem afastados do aparelho do Estado e não serem afectados directamente pelas decisões políticas pode de alguma forma explicar a sua tendência. Estes estão mais distantes da política e o seu quotidiano depende mais daquilo que produzem. Por isso o facto de sentirem-se mais dependentes da sua acção e menos do governo pode explicar o facto de defenderem que os cidadãos são os protagonistas da política.

Quando tentamos observar se há ou não diferenças nas respostas que os matolenses dão a este questão, em função do nível de escolaridade e do sexo, surgem-nos duas constatações. A primeira é que não há diferenças significativas entre ambos. Isto porque tanto a nível de ocupação como em relação a escolaridade, a maioria dos munícipes consideram que os cidadãos são os protagonistas na política.

Mas para os munícipes com o ESG os protagonistas do jogo político são os militantes dos partidos/associações. Há, claramente para estes uma distinção entre os produtores

(políticos, governantes) e os consumidores (cidadão comum) de bens políticos. De facto, para os munícipes com ensino primário e secundário geral os protagonistas do jogo político são por um lado os cidadãos e por outro militantes de partidos políticos. Os munícipes com formação superior, contrariamente anteriores, consideraram que os principais actores na política são os cidadãos.

A tendência nas respostas entre homens e mulheres é semelhante. Para ambos os cidadãos são os protagonistas do jogo político. Eles é que dão vitalidade a luta política. Contrariamente aos homens, as mulheres consideram que governantes são a par dos cidadãos os principais actores. Os homens como referimos anteriormente sugerem que os cidadãos e os militantes de partidos/associações são os principais actores.

Por último quisemos saber a opinião dos munícipes sobre a principal actividade dos políticos. Entenda-se político como o profissional que vive da e para a política. Conforme mostra o quadro 5, os munícipes sugeriram três ideias como estando associadas à actividade dos políticos.

Quadro 5. Opinião sobre a actividade dos políticos

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Resolve os problemas da população	7	19	13	9	3	6	17	2
Mobiliza e faz propaganda política	5	20	9	13	3	5	18	1
Luta para conquistar o poder	3	5	2	5	0	3	1	1
NS/NR	0	2	0	1	1	1	1	0

N=51;respostas múltiplas.

A maioria dos munícipes (26) considera que a principal actividade do político é «procurar garantir o bem-estar do povo [...] catalizador na resolução dos problemas que o povo enfrenta [...] ausculta as populações e cumpre as promessas que fez [...] luta para melhorar as condições do país»²⁶. Portanto, estes consideram que a actividade principal do político é solucionar os problemas que as populações, no caso os munícipes, enfrentam no quotidiano. Mas, outros munícipes (25) consideram que a principal actividade dos políticos é «incutir nas pessoas os seus ideais. [...] Mobilizar e convencer as populações [...] fazer com que a sua imagem e do partido sejam reconhecidas [...] mobilizar a população e explicar os

²⁶ Inquéritos realizados nos bairros da Machava - sede, Liberdade e Patrice Lumumba. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

objectivos do partido [...] procurar sensibilizar a população no sentido de perceber o que o governo quer para que esta apoie e cumpra com as orientações do governo»²⁷. Para estes, há duas formas de acção para o político – a mobilização e a propaganda política. A mobilização pode ser com o objectivo de fazer cumprir as suas exigências e/ou opor-se aos governantes. Na propaganda o político procura “vender” o seu programa político para que os cidadãos o comprem.

Por último, destacam-se os munícipes que consideram que a actividade do político é «introduzir a sua ideologia nas pessoas de forma a conquistar mais pessoas a votarem no seu partido[...] procura encontrar oportunidade para conquistar as massas e o poder[...] conquista o poder[...] angaria membros e simpatizantes para o seu partido»²⁸. Estes consideram que a luta pelo poder caracterizada pelas disputas eleitorais, venda de programas políticos ao eleitorado é a principal actividade dos políticos.

Nenhuma das concepções sugeridas pelos munícipes está afastada da actividade dos políticos. Isto porque na luta pelo poder estes fazem propaganda política e procuram mobilizar o maior número possível de cidadãos para que consigam ascender ao poder. E, uma vez chegada a governação implementam os seus programas políticos com vista a resolver os problemas da população. No entanto os políticos que não atingem a governação fazem o mesmo exercício no quotidiano. Mas, os dados do quadro 4, também, mostram que há munícipes que não sabem que actividade se dedica um político.

Como ficou demonstrado a maioria dos munícipes inquiridos revelam interessar-se pela política. O interesse manifestado pela maioria dos munícipes (36) encontra-se associado ao conhecimento do funcionamento do campo político. Os munícipes apresentam um nível elevado de conhecimentos sobre o campo político. Não se pode, por isso, afirmar que os munícipes da Matola não possuem conhecimentos sobre o funcionamento do campo político. Os dados, também, mostraram que o nível de conhecimento apresentado pelos munícipes depende menos do capital escolar.

Capítulo 2. A participação dos *matolenses* na política

As mudanças introduzidas no modelo político, com a adopção da constituição de 1990, criaram novos campos de intervenção pública para os moçambicanos. Estas foram marcadas, como anteriormente referimos, pela mudança política de um modelo socialista para

²⁷ Inquéritos realizados nos bairros do Fomento, Matola A e G, Liberdade e Patrice Lumumba. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

²⁸ Inquéritos realizados nos bairros da Matola A, C, Fomento e Liberdade. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

um modelo político de democracia multipartidária. O modelo democrático permitiu a abertura, por um lado, do campo político a diferentes partidos políticos. Com diferentes partidos políticos, com visões de sociedade opostas o *mercado* ficou marcado por diferentes visões de mundo e de sociedade. O surgimento de novos partidos permitiu a emergência de novos problemas, novas questões e diferenciadas formas de encontrar soluções para a participação política dos cidadãos. Por outro lado, emergiram associações dedicadas a todo o tipo de empreendimentos colectivos. Desde associações, por exemplo, dos direitos humanos, associações locais que lutam pela solidariedade social, associações profissionais, desportivas, culturais entre outras. Estas aparecem como mais uma forma pela qual os cidadãos podem participar na política. É com as associações que os cidadãos dialogam com o Estado e contrapõem os seus interesses.

As mudanças foram concretizadas com a realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias em 1994. Estas cimentaram as eleições como o meio através do qual os partidos políticos lutam para ascender ao poder. Outro factor a ter em conta foi a realização das primeiras eleições autárquicas em 1998 em 33 autarquias e vilas do país. As autárquicas surgem no contexto da descentralização administrativa do Estado. Estas, também, cimentam a luta política a nível local permitindo que grupo de cidadãos possam participar nas disputas políticas.

Nesta parte do investigação procuramos compreender de que forma os munícipes da Matola participam na política. Interessa perceber que estratégias os munícipes utilizam para participar nas disputas políticas e para intervirem na vida da comunidade. E, procurar perceber como estes participam na vida da sua comunidade conduz-nos necessariamente a compreender as estratégias que utilizam para participar na política. De forma a analisarmos os mecanismos pelos quais estes participam no campo político, procuramos analisar a participação em organizações políticas. Adiante designamos a participação dos munícipes em associações ou partidos políticos de *participação organizacional*. Para analisarmos a participação organizacional tomamos como indicadores os partidos políticos e as associações. Estes surgem-nos como principais grupos de pressão com capacidade de intervenção pública.

Os dados recolhidos por inquérito, conforme mostra o quadro 6, revelam a existência de um número reduzido de munícipes a envolverem-se em associações e partidos políticos.

Quadro 6: Formas de participação dos Matolenses na política

Participação Organizacional (convencional)	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Formas de participação na vida política								
Militância em partidos políticos	2	15	12	4	1	6	10	1
Militância em Associações	3	5	8	0	0	3	4	1
Voto	3	5	3	4	0	1	5	1
Mobilização	3	8	2	8	1	2	6	3
Contribuindo com ideias e críticas	6	20	6	13	5	5	17	2
Participando em actividades culturais/desportivas	1	1	0	0	2	0	1	0
Não participa	0	2	0	3	0	1	2	0

N = 51; Respostas múltiplas

Atendendo a ocupação dos munícipes inquiridos, os dados apresentam contrastes interessantes de analisar. Os dados do quadro acima mostram que há um número reduzido de munícipes inquiridos (17) que militam em partidos políticos. Os munícipes filiados a um partido são os que revelam maior interesse por esta forma de participação na política. Mas, o nível de envolvimento dos militantes num partido político não é o mesmo. Portanto, o envolvimento pode variar quer com a disponibilidade quer com as actividades que são delegadas pelo partido aos seus militantes. Por esse motivo alguns são menos activos. O nível de envolvimento dos militantes passivos, nas actividades do partido, reduz-se a frequentar as sedes, assistir a reuniões para tomar conhecimento da linha política e receber instruções do partido. Os activos, pelo contrário, tem uma acção mais presente no campo político. Isto porque participam em reuniões do partido contribuindo com ideias e desempenham tarefas que lhes são delegadas pelo partido. Outros, ainda, tem responsabilidades a nível de direcção do partido a nível local.

Mas os trabalhadores e os desempregados revelam pouco interesse por esta forma de acção política. Os homens (15) são os que mais se interessam por esta forma de envolvimento na política. As mulheres como mostram os dados pouco se interessam por esta forma de participação na política.

As preferências partidárias dos matolenses inquiridos foram significativamente ocultadas pela maioria. Em relação a preferência partidária dos inquiridos constatamos um pormenor interessante. Houve maior disponibilidade dos inquiridos que militam na Frelimo declararam-se como membros da Frelimo do que dos Munícipes da Renamo.

Da mesma forma, os dados do inquérito atendendo a ocupação mostram que há um número reduzido de munícipes que participam na política através das associações. Dos

munícipes inquiridos (51) apenas oito (8) fizeram referência a participação em associações. Há, um decréscimo do envolvimento dos cidadãos em grupos se tomarmos em conta que dezassete (17) munícipes declararam participar em actividades partidárias. As associações são para a maior parte dos teóricos da democracia participativa os elementos que dão vitalidade a vida democrática.

Os militantes dos partidos políticos revelam maior grau de empenhamento e responsabilidade organizativa do que os trabalhadores por conta de outrem e os desempregados. A tendência observada de um maior envolvimento dos munícipes filiados em partidos políticos pode ser explicada, de um ponto de vista geral, pelo facto de muitas associações terem como membros fundadores pessoas ligadas aos partidos políticos. Isto também revela o facto de algumas associações terem ligações fortes com partidos políticos.

Os dados mostram, ainda, que os munícipes que trabalham por conta de outrem e os desempregados são os que menos referência fizeram ao seu envolvimento em associações. De uma forma geral, podemos concluir que as possibilidades de acção de um munícipe na política aumentam quando está ligado a grupos organizados como partidos políticos e associações.

A análise dos dados tendo em conta o nível de instrução dos inquiridos apresenta contrastes de interesse analítico. Os munícipes com o nível de instrução primária e os com ensino secundário geral são os que revelaram participar em associações. Os munícipes com formação superior, pelo contrário, envolvem-se menos em associações. Não se verifica nenhuma diferença entre os cidadãos matolenses que tem o nível de instrução primária e o secundário no tocante ao activismo em organizações. Os cidadãos da Matola com o ensino secundário geral participam mais em actividades partidárias comparando com os que tem o ensino primário e os com formação superior.

De facto, a avaliar pelos dados dos inquéritos a maioria dos matolenses envolve-se pouco em partidos políticos e em associações. Quando observamos o universo da população inquirida (51), apenas vinte e cinco (25) estão filiados em partidos políticos e em associações políticas. Mas a pesquisa permitiu-nos observar que há mais de 50 associações na Matola (vide anexos).

Para a maioria dos inquiridos há outras formas de participar na política. Os partidos políticos e as associações não são as únicas formas de envolver-se na política. A forma mais referenciada de intervenção na política pelos munícipes inquiridos é “contribuir com ideias e críticas”.

Mas contribuir com ideias e críticas não significa, como vamos demonstrar adiante, colocar a sua contribuição/opinião em debates públicos sobre matérias ligadas a vida da comunidade, bairro ou Município. Muito menos a organizar manifestações públicas de desagrado para com os líderes do Município ou do bairro. Contribuir com ideias e críticas para os inquiridos significa dialogar no quotidiano com vizinhos e ou familiares sobre o que está bem ou mal no município. As implicações dessa forma de intervenção pública são muitas vezes nulas.

De facto a avaliar pelos dados a maioria dos munícipes inquiridos participa na vida da comunidade contribuindo com ideias e críticas. A observar pelos dados do quadro 6 verificamos que tanto os homens (20) como as mulheres (6) demonstram maior tendência por esta forma de participação. Os mecanismos formais de participação política - partidos políticos e associações - parecem pouco atractivas para os munícipes da Matola. Da mesma forma os trabalhadores mostraram um maior interesse pela participação através de conversas.

A mobilização é a forma de participação mais empreendida pelos trabalhadores e pelos munícipes com o ensino secundário geral (ESG). A tendência dos trabalhadores participarem na política através da mobilização política pode ser explicada pelo facto destes envolverem-se em actividades de educação cívica.

Num segundo momento, analisamos as outras formas de participação. Isto porque para além da participação nas eleições e em organizações políticas ou para-políticas como partidos e associações, existem ainda uma gama de acções tendentes a pressionar os dirigentes ou a opinião pública e que por isso tem interferência no processo de tomada de decisões. São acções de participação consideradas ora difusas, ora informais e ainda desorganizadas. Dentre elas quisemos medir particularmente oito: a representação a governantes, isto é, o contacto com deputados e funcionários a nível municipal, a apresentação de protestos, abaixo – assinados e petições, a adesão a greves, o contacto com o presidente da câmara municipal e participação em reuniões de bairro dirigidas pelo presidente ou vereadores da câmara municipal da Matola.

No que concerne as formas *não-convencionais* de participação política há dois factores a ter em conta. O facto de ser pouco utilizado pelos munícipes inquiridos. O desconhecimento, por outro lado, de alguns destes mecanismos de participação na política conforme demonstra os dados dos quadros 7, 8, 9.

Quadro 7. Contacto com deputado

Contacto com Deputados	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciado
Colocar preocupações da população	1	15	10	5	1	2	10	3
Por motivos de trabalho	1	5	4	2	0	3	2	1
Para conversas informais	0	10	2	8	0	1	6	3
Não tive necessidade	3	3	1	2	3	2	3	0
Não tive oportunidade	6	8	4	7	5	3	10	0

N=51; Respostas múltiplas

Os dados dos inquiridos (no quadro 7) mostram que o contacto com deputados foi praticado por 31 munícipes. Estes permitem-nos observar que a maioria (15) dos inquiridos que contactou um deputados está de alguma forma associado a partidos políticos/associações (10) ou são trabalhadores (8). Portanto, o contacto com deputados foi praticado por dezasseis (16) munícipes que militam em partidos políticos/associações e por quinze (15) munícipes que trabalham por conta de outrem. Colocar as preocupações da população foi a razão evocada pela maioria dos inquiridos (15) para contactar um deputado. É o facto de estar perante um problema e a procura de mecanismo de soluções para o mesmo que os motivou a efectuarem esse contacto.

De realçar o facto de os dados apresentarem uma enorme diferença entre homens e mulheres. Os homens são os que mais contactaram deputados que as mulheres. Sendo que dos trinta e um (31) munícipes que o fizeram trinta (30) foram homens e apenas uma (1) mulher.

Os munícipes que declararam nunca ter contactado um deputado sugeriram as mesmas razões para não o fazerem. Uns afirmaram que «nunca tiveram necessidade de contactar um deputado. Outros não o fizeram porque segundo afirmaram«não tiveram necessidade de o fazer». Este motivo demonstra, como referem os teóricos da perspectiva instrumental, que os cidadãos participam na política quando tem uma necessidade.

Da mesma forma o contacto com funcionários da câmara municipal da Matola foi praticada pela maioria(32) dos munícipes inquiridos no Município da Matola como está patente no quadro 8.

Quadro 8. Contacto com funcionário da CMCM

Contacto com funcionário da CMCM	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciado
Para resolver os problemas	3	17	9	8	3	2	15	3
Por motivos de trabalho	3	5	5	3	0	3	4	1
Para conversas informais	0	4	1	4	0	1	2	1
Não tive necessidade	2	5	4	3	0	1	5	2
Não tive oportunidade	3	9	2	6	4	4	6	0

N=51;Respostas múltiplas

Tal como no contacto com os deputados, os munícipes filiados a um partido/associação (15) e os trabalhadores (15) são os que mais utilizaram esta forma de intervenção na esfera pública. De realçar o facto de os homens serem quem mais empreendeu este mecanismo de acção política. Contrariamente a situação anterior mais de metade das mulheres(6) já praticaram esta acção.

Os munícipes que nunca contactaram um funcionário da câmara municipal sugerem a mesma resposta. O facto de «nunca terem oportunidade de o fazerem». Ou o facto de «não terem necessidade de o fazer».

O contacto dos munícipes com o presidente da câmara municipal é outro mecanismo de acção na vida da comunidade. A câmara municipal criou um mecanismo no qual o presidente recebe os munícipes com preocupações uma vez por semana no seu gabinete. Ou deslocando-se quinzenalmente para os postos administrativos onde junto dos munícipes estes podem colocar as suas preocupações. Em ambos casos o contacto com o presidente é mediante previa marcação.

A análise dos dados do quadro 9 mostra que maior parte dos inquiridos (26) nunca experimentou o contacto com o presidente do conselho municipal da Matola.

Quadro 9. Contacto com o presidente da câmara municipal da Matola.

Contacto com o presidente da CMCM	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciado
Apresentar preocupações	4	17	12	6	2	2	14	3
Motivos de trabalho	0	3	1	2	0	1	2	0
Não recebe os munícipes	0	2	1	1	0	2	0	0
Não tive necessidade	5	10	4	9	3	4	9	1
Não tive oportunidade	1	7	1	5	2	2	5	0
NR	1	1	1	1	0	1	1	0

N=51;Respostas múltiplas

As razões apresentadas para que os munícipes não tenham contactado o presidente da câmara municipal são duas. A primeira é nunca terem tido necessidade de o fazer. A segunda associada a primeira é nunca ter tido oportunidade. Há entre ambas diferenças. Na primeira, os munícipes não o contactaram por que não tiveram nenhuma preocupação que lhes levasse a solicitar os préstimos. Se a tiveram pode ter sido resolvida sem necessidade de contactarem o presidente. Os munícipes que o contactaram fizeram-no com o objectivo de ver solucionadas as suas preocupações.

No entanto há no município outra forma de comunicação entre os governantes locais e os munícipes. Trata-se da realização de reuniões, designadas *governança aberta*, nos bairros do município (em anexo apresentamos as reuniões realizadas de 2001 à 2004). Estas, as reuniões, são orientadas pelo presidente da câmara municipal ou por um vereador com o objectivo de dar um informe do status quo da governação e auscultar os munícipes em relação aos problemas que enfrentam. Contrariamente ao mecanismo anterior, portanto contacto com o presidente, não é sujeito a prévia marcação. Seria, por isso, à partida a forma de participação mais utilizada pelos munícipes visto serem discutidas questões ligadas com as condições sociais dos seus bairros. No entanto, há poucos munícipes participaram nas reuniões conforme mostra a tabela 2 em anexo.

Os dados do quadro do inquérito, apresentado no quadro 10 mostram que mais de metade (29) dos munícipes responderam ter participado nas reuniões organizadas e dirigidas pelo conselho municipal da Matola. Estes dados permitem-nos, ainda, observar que há um número significativo de inquiridos (22) que nunca participaram nessas reuniões. De referir que os munícipes inquiridos apontaram três razões para justificar o facto de não terem participado em nenhuma das reuniões dirigidas pela câmara municipal nos seus bairros.

Quadro 10. Participação em reuniões organizadas pela CMCM

	Sexo		Ocupação			Nível de Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Saber do balanço governativo	9	11	10	6	4	7	13	0
Contribuir com ideias	0	10	5	4	1	3	7	0
Não tive necessidade	2	1	0	3	0	0	2	1
Não tive oportunidade	1	1	1	1	0	0	1	1
Falta de tempo	0	3	0	3	0	0	3	0
O conselho Municipal não organiza reuniões	0	13	3	8	2	3	7	3

N= 51; Respostas múltiplas.

A primeira motivação evocada pelos inquiridos é saber do balanço governativo. Portanto, estes afirmam que participaram nas reuniões «para ouvir o relatório da governação do município.[...] para inteirar-me do que eles queriam informar e saber como anda a vida do município [...] para ouvir o que os autarcas tinham a dizer²⁹». O que move os munícipes a participarem nas reuniões é a ânsia de tomar conhecimento do estado da governação do Município.

A segunda motivação evocada é no sentido de dar contributo. Aqui, o móbil da participação nas reuniões não é apenas de ouvir o que os dirigentes têm a dizer mas acima de tudo de contribuir com ideias na solução dos problemas da sua comunidade. Conforme demonstram as transcrições de alguns inquiridos, estes afirmam que « como cidadão residente do bairro tinha de participar para informar-me que iam dizer e dar as minhas contribuições [...] para debater os problemas do meu bairro [...] é a oportunidade para dar o meu contributo.[...] como munícipe devo falar dos meus problemas³⁰». Portanto, as reuniões aparecem como uma oportunidade para estes cidadãos perante os responsáveis do seu município colocarem contribuições com vista a verem solucionados alguns dos problemas que enfrentam. Por último, há os que participam nas reuniões por motivos de trabalho. Trata-se dos cidadãos que militam em associações/partidos.

A apresentação de petições, conforme demonstram os dados do quadro 11, já foi experimentada por um terço dos munícipes inquiridos.

²⁹ Inquiridos realizados nos bairros do Infulene A e Matola G. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

³⁰ Inquiridos realizados nos bairros da Machava - sede, Matola A e G. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

Quadro 11. Motivos que levaram os munícipes a assinarem petições.

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Assinei por vários motivos	0	13	5	7	0	1	8	2
Resolvo os problemas de outra maneira	1	2	2	0	1	1	2	0
Não sei o que é uma petição	7	9	5	6	5	7	8	0
Não tive oportunidade	2	13	6	7	1	1	10	3
Não tive necessidade	1	3	2	4	0	1	3	1

N=51; Respostas múltiplas.

Constatámos que este é um mecanismo de intervenção na vida pública desconhecido pela maioria dos inquiridos. Os dados acima mostram que da população inquirida (51) mais de metade (34) declarou não ter utilizado este mecanismo de intervenção na vida pública. Procuramos compreender que factores contribuíssem para que as petições fossem pouco utilizadas pelos inquiridos e destacamos quatro (4) factores. A primeira razão apresentada para não ter utilizado uma petição é « não saber o que é uma petição». Estes nunca ouviram falar numa petição.

A segunda motivação conforme afirmaram os inquiridos (17) é «não tive necessidade e/ou oportunidade para o fazer». Neste caso não é o desconhecimento que os leva a não subscrever uma petição. Estes revelam conhecer este mecanismo de acção na vida pública, no entanto não a subscreveram em momento algum porque nunca foram confrontados para o fazer.

Por último destacamos os que nunca subscreveram uma petição porque não é a melhor forma de resolver um problema. Segundo afirmaram «há outras formas de resolver os problemas». Para estes a petição é uma forma de protesto, por isso, não tem necessidade de a utilizar porque estariam a ser confusos.

De realçar o facto de os homens serem os únicos que já utilizaram por algum motivo este mecanismo de acção na vida pública. As mulheres, como demonstram os dados do quadro acima, em nenhum momento se viram confrontadas a subscrever uma petição. A tendência na distribuição das respostas pode ser explicada de um ponto de vista geral pelo facto das mulheres inquiridas encontrarem-se fora do mercado de emprego. Isto porque a maioria dos inquiridos que subscreveu, pelo menos uma vez, uma petição o fez no trabalho.

Outro aspecto interessante a ter em conta é o facto de terem praticado esta forma de acção política munícipes que estão ligados a associações/partidos políticos e trabalhadores.

Nestes grupos (partidos e associações) bem como nas empresas, a formalidade dos processos exige que os protestos sejam feitos por escrito ou mediante aviso prévio.

Da mesma forma os munícipes com menos instrução foram os que menos praticaram esta acção política. O capital escolar pode ser um dos factores que condiciona a sua participação porque o domínio da escrita, da língua e das leis é importante para que os munícipes possam utilizar esta forma de acção na vida pública. Um dado revelador do desconhecimento e de pouco ser utilizado pelos munícipes da Matola é o facto de a assembleia municipal da Matola ter recebido em 2003/4 apenas 12 petições. Todas as petições recebidas estavam relacionadas com a mesma questão - conflito de terra.

O mesmo se verifica em relação ao abaixo – assinado como mostra o quadro 12.

Quadro 12. Alguma vez assinou um abaixo - assinado?

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Assinei por vários motivos	4	7	6	4	1	3	7	1
Não sei o que é	4	3	1	3	2	3	1	0
Não tive oportunidade	2	7	4	3	2	0	7	1
Não tive necessidade	1	24	9	14	2	5	16	3

N=51;Respostas Múltiplas.

Constatamos que, há como nas petições, um número elevado (40) de munícipes que nunca utilizaram esta forma de acção política. Os inquiridos avançaram dois motivos para explicar o facto de não utilizarem este mecanismo de participação na esfera pública. Uns nunca o fizeram porque desconhecem este mecanismo de acção política. Portanto, nunca subscreveram um abaixo-assinado porque desconhecem este mecanismo de acção política. Outros, pelo, contrario nunca o fizeram porque não tiveram necessidade de o fazer. Mesmo colocados perante uma situação que os aflija e solicitados a subscrever um abaixo-assinado não o fazem porque tem outros mecanismos para fazer vincar as suas posições. Ainda, associada a esta há os que nunca o fizeram porque não tiveram oportunidade de o fazer. Os dados do quadro mostram que os munícipes militantes de partidos/associações políticas e os que trabalhadores são os que mais subscreveram esta acção política. Os desempregados pelo contrário são os que menos utilizaram esta forma de acção política. Da mesma forma estes são os que mais declararam não ter oportunidade de o fazer (7) e não ter necessidade de o fazer (23). Os desempregados, afastados dos espaços de socialização política como as associações e partidos políticos, revelaram um desconhecimento desta forma de acção política.

A participação em protestos, em particular greves e manifestações foi, comparada com as petições e abaixo-assinado, empreendida por mais munícipes. O que não revela a existência de um forte movimento de protesto ou uma propensão dos munícipes para organizarem-se em acções de protesto. Os dados do quadro 12 demonstram que a maioria dos inquiridos evita envolver-se em movimentos de protestos.

Quadro 13. Participação dos munícipes em protestos.

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Participei por vários motivos	4	11	4	9	2	1	11	3
Há outras formas de resolver os problemas	2	7	5	3	1	2	4	2
Não gosto de ser visto como confuso	1	4	0	3	1	1	2	0
Não tive oportunidade	3	10	6	2	3	5	6	1
Não tive necessidade	0	6	2	5	0	2	5	
NS/NR	1	3	3	1	0	0	4	0

N= 51; respostas múltiplas.

Os munícipes inquiridos que de alguma forma participaram em protestos foi em acções organizadas pelos sindicatos nos locais de trabalho. Curiosamente, os protestos são mais concorridas pelos trabalhadores do que por munícipes associados e pelos desempregados. Os munícipes associados a partidos e associações são os que mais declararam não participar em manifestações porque «têm outros mecanismos de resolver os seus problemas». Uns em virtude da sua proximidade à Frelimo realçavam que não fazia sentido protestar contra o partido no qual militam ou são simpatizantes. Não obstante os trabalhadores serem os que mais concorrem para esta forma de acção política os dados mostram ainda que estes são os que declaram não participar nesta forma de acção política porque não gostam de ser vistos como confusos.

Diante de tudo quanto ficou dito acima pode-se concluir que a participação dos munícipes em associações representativas não é a única forma de intervenção na vida pública. Os munícipes tem para além das associações representativas, nomeadamente partidos políticos e associações outros mecanismos de participação na política. Trata-se de formas não convencionais de acção na vida política.

Os inquiridos revelaram que o número de munícipes inquiridos integrados em partidos políticos é reduzido. Mas, este número reduz quando se analisa a participação dos inquiridos em associações. Portanto, os inquiridos revelam pouco interesse pela vida associativa. Isto

pode ainda revelar um grau relativamente fraco de integração na comunidade visto haver tendência para desenvolverem acções individuais.

Os dados demonstraram que os inquiridos tem maior interesse por formas de participação onde tem uma postura mais passiva. Mais de metade dos inquiridos conforme ficou demonstrado participa na vida da comunidade a partir de conversas informais que tem com outros munícipes. A sua acção é mais de espectadores e menos de actores políticos.

Capítulo 3. Os munícipes da Matola perante os problemas locais

A forma como os munícipes da Matola reagem aos problemas que enfrentam no quotidiano é objecto de análise nesta parte da investigação. Estudar a forma como reagem aos problemas que se lhes colocam no quotidiano é, a melhor forma de problematizar e observar o nível de participação dos munícipes no espaço público. De forma a analisar a reacção destes aos problemas que se lhes são colocados no quotidiano do seu bairro, vamos em primeiro lugar, descrever os principais problemas colocados aos munícipes no quotidiano da Matola. Esta descrição permite-nos ter uma ideia dos problemas que enfrentam no quotidiano. Isto porque é em função destes problemas que os munícipes são de alguma forma impelidos a fazer ouvir a sua voz de protesto. Em segundo lugar, procuramos compreender a forma como os munícipes reagem aos problemas que se lhes são colocados no seu quotidiano.

Relativamente aos problemas as questões foram colocadas da seguinte forma: quais são, em sua opinião, os problemas do Município da Matola? Quais são os maiores? Esta formulação permitiu fazer aparecer, espontaneamente, as principais preocupações dos munícipes da Matola. É o munícipe que os constrói e enuncia em função daquilo que enfrenta no dia-a-dia da sua vida e/ou comunidade residencial.

O quadro 13 é ilustrativo dos problemas que os inquiridos referenciaram. Segundo os dados do inquérito a terra é um dos problemas que inquieta os munícipes da Matola. A posse de uma parcela de terreno suscita em alguns bairros da Matola clivagens pela ocupação da mesma. Isto porque a mesma parcela de terreno por vezes é atribuída a duas ou mais pessoas. Esta situação leva a que em alguns bairros haja disputa pela posse da mesma. Da mesma forma as dificuldades burocráticas, enfrentadas por alguns munícipes para legalizar a sua parcela de terrenos colocam-na como dos problemas mais citados pelos inquiridos.

O saneamento do meio é o segundo aspecto referenciado pelos munícipes como dos maiores problemas do Município da Matola. Segundo alguns munícipes (20) referenciaram a existência de lixo nas vias públicas é dos grandes problemas do município da Matola. No entanto, entando o saneamento do meio não se limita ao lixo, estes também, referenciaram a

necessidade de se reabilitar as condutas que conduzem a água das chuvas que passam por bairros como os da Liberdade e Fomento.

Quadro 13. Os problemas do município da Matola

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Saneamento do meio	4	16	8	40	2	2	12	6
Péssimo estado das estradas	1	17	6	12	1	1	13	4
Conflito/acesso a terra	2	19	9	10	3	7	14	0
Criminalidade	3	9	4	7	1	1	9	2
Desemprego	2	4	3	2	1	3	4	0
Transporte	2	7	6	5	0	2	8	0
Água	5	3	6	2	0	3	4	1
Educação	0	7	2	2	1	1	3	2
Saúde	1	6	4	3	0	2	3	2

N=51; respostas múltiplas.

Mas, a observar pelo quadro constatamos que os munícipes se referiram a alguns problemas nomeadamente a criminalidade, desemprego, a falta de água, falta de escolas e centros de saúde, cuja solução depende, para além das autoridades locais, de mais actores políticos. Muito menos através da acção empreendida pelas associações com vista a pressionar os dirigentes a resolverem os problemas.

Portanto, alguns dos problemas enunciados pelos munícipes inquiridos como a criminalidade, desemprego, o mau estado das estradas, água, educação e saúde, conforme referimos acima não dependem apenas da acção do poder autárquico e da acção de protesto ou procura de soluções dos grupos de interesse local. A solução destes problemas depende mais da acção do governo a nível nacional em parceria com o poder autárquico. Isto porque estes problemas não são restritos a um município mas são gerais e exigem uma solução global.

Mas, a situação inverte-se quando se lhes questionou sobre os maiores problemas enfrentados pelos munícipes conforme mostra o quadro 14. A maioria dos inquiridos destacou problemas cuja solução passa pela acção do poder autárquico e, também, da força activa e da intervenção dos grupos de interesse local.

Quadro 14. Os maiores problemas do município da Matola.

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Conflitos de terra	2	17	11	7	1	6	10	3
Estradas	2	12	5	8	1	0	10	4
Saneamento do meio	3	8	7	4	1	3	7	2
Água	3	4	1	3	1	0	6	0
Desemprego	2	3	2	1	1	2	2	0
Transporte	1	3	1	3	0	0	3	1
Falta de iluminação na via pública	0	3	1	2	0	0	3	1

N=51;respostas múltiplas

A disputa pela posse da terra é dos principais problemas enfrentados pelos munícipes da Matola. Podemos de uma forma geral concluir que um dos maiores problemas colocados aos munícipes da Matola é a luta pela posse de uma parcela de terreno ou a sua formalização. Paralelamente aos conflito pela posse de terra, está o saneamento do meio, em particular, o problema do lixo na via pública.

Mas, o facto de todos os inquiridos terem enunciado aqueles que, na sua visão, são os problemas do município não foi acompanhada por uma participação com vista a resolvê-los, como mostra o quadro 15. Os dados do inquérito mostram que há munícipes (13) que declararam não ter empreendido nenhuma acção à volta dos problemas que declararam serem os mais importantes do município da Matola. Estes, mesmo assumindo que estão perante problemas que condicionam o seu quotidiano e cuja solução depende da sua acção nada fizeram com vista a pressionar as autoridades locais ou sensibilizar os outros munícipes para juntos tomarem uma atitude. De uma forma geral podemos afirmar que estamos perante uma atitude de apatia e/ou do que Patrick Chabal denomina de desresponsabilidade política. Apatia porque estes não empreendem nenhuma atitude com vista a verem solucionado os problemas que fizeram referência. E, desresponsabilidade porque mesmo assumindo que estes são problemas que condicionam a sua vida nada fazem para os ver solucionados. Como referimos, a democracia depende da vitalidade dos cidadãos e da participação destes na vida da comunidade.

Quadro 15. Reacção face aos problemas enfrentados

O que você fez perante os problemas a que se referiu?	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
Nada	4	9	1	9	2	0	11	1
Procuro resolver	3	9	6	7	1	3	8	1
Pressiono a CMCM a resolver	0	3	2	0	1	1	1	1
Sensibilizo os outros a contribuírem na sua solução	2	6	4	3	1	3	4	1
Contribuo com ideias	1	15	7	11	1	4	10	2
NR	1	0	0	0	1	1	0	0

N=51;respostas múltiplas

No entanto, se acrescentarmos os munícipes que apenas contribuem com ideias (16), ao grupo dos que não empreendem nenhuma acção para solucionar os seus problemas ou pressionarem as autoridades políticas locais, aumenta o número de munícipes que tem uma acção menos presente na vida do município. O grupo dos trabalhadores e dos desempregados é o que declarou nada fazer quando para tentar resolver os problemas por eles enunciados. O mesmo não se pode dizer em relação aos cidadãos que militam em partidos e associações políticas.

Conforme os dados revelam, há poucos munícipes tem um atitude activa no campo político com vista a ver solucionados os problemas que declararam condicionar o quotidiano dos munícipes. De facto do total dos inquiridos (51), apenas, doze (12) munícipes referiram procurar resolver os problemas aos quais fizeram referência. Os munícipes que militam em associações e os trabalhadores são os que mais se engajam com vista a resolverem os problemas que fizeram referência. Relativamente aos munícipes que militam em associações pode-se dizer que o facto de empreenderem várias actividades públicas permite-lhes estar presente em várias acções com vista a ver solucionados os problemas que alguns munícipes enfrentam. Portanto, como membros de associações e em virtude da natureza destas tem uma acção mais presente na vida pública com vista a resolverem ou propor soluções aos líderes locais para os problemas que os munícipes enfrentam. Os desempregados, em virtude de estarem afastados tanto dos aparelhos partidários e das associações, bem como do aparelho burocrático do Estado procuram alternativas individuais com vista a superarem alguns desses problemas.

Ficou claro atrás que os inquiridos que militam em associações e partidos políticos são os que menos declararam nada fazer quando confrontados com problemas no quotidiano do município. Podemos, por isso, de uma forma geral assumir que os munícipes que militam em

associações e partidos políticos têm maior tendência de intervir no espaço público quando confrontados com problemas.

A atitude de apatia política, também foi notória quando questionamos aos inquiridos sobre quem deve resolver os problemas que enfrentam no quotidiano. Observamos duas tendências antagónicas. A primeira demonstra uma atitude passiva dos munícipes. Isto porque a maioria dos inquiridos (30), conforme demonstra o quadro 16, considera que as autoridades políticas locais é que devem agir em volta dos problemas que enfrentam no quotidiano. Os dados do inquérito mostram que não há diferenças significativas relativamente a forma como homens e mulheres no que se refere a visão de quem deve resolver os problemas do município.

Quadro 16. Quem, em sua opinião, deve resolver os problemas do município da Matola?

	Sexo		Ocupação			Escolaridade		
	M	H	A	B	C	EP1	ESG	Licenciados
A Câmara Municipal da Matola	3	13	6	9	1	3	10	3
O presidente da Câmara Municipal	2	2	1	2	1	1	3	0
A Câmara Municipal da Matola com os munícipes	3	10	6	6	1	1	9	3
Vereadores e secretários de Bairro	2	8	4	6	0	4	6	0
Os Munícipes	0	5	2	0	3	0	5	0
A Renamo	0	1	1	0	0	1	0	0
Os Empresários	0	1	0	1	0	0	1	0
N/R	1	0	0	0	1	1	0	0

N = 51

Tanto os homens (13) como as mulheres (7) pensam que os órgãos de poder local, nomeadamente a câmara municipal, o presidente da câmara municipal, os vereadores e secretários de bairro são quem deve resolver os problemas enfrentados pela população. Estes afirmaram que «os autarcas é que devem resolver os problemas porque são os responsáveis pela gestão do município da Matola.[...] os vereadores com ordem do presidente porque lhes foi confiado poder para tal[...] a câmara municipal porque é sua obrigação³¹».

A análise dos dados do inquérito tendo em conta a ocupação dos inquiridos permitenos observar e avançar duas ideias. Os munícipes que trabalham e os que militam em

³¹ Inquéritos realizados nos bairros da Matola G e Machava - sede. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

associações e partidos políticos são os que mais se referem aos órgãos do poder autárquico como os solucionadores das suas preocupações. Os desempregados são os que menos referência fazem as autoridades políticas locais como parte da solução dos problemas enfrentados pelos munícipes.

A segunda em que a resposta dos inquiridos é no sentido de participar na solução dos problemas. Aqui, alguns munícipes inquiridos (13) afirmaram que «o município e a comunidade local são quem deve resolver os problemas porque deve haver interacção entre ambos. [...] Não devemos esperar que os autarcas façam tudo [...] porque como sociedade devemos resolver os problemas em conjunto³²». Os inquiridos do sexo masculino são, observando os dados do quadro, os que mais defendem uma acção concertada entre as autoridades locais e os munícipes. No entanto, quando analisamos a mesma questão tendo em conta a ocupação dos inquiridos verificamos duas situações. A primeira é o facto de os cidadãos que militam em associações/partidos políticos e os trabalhadores serem os que mais sugerem uma acção partilhada entre os munícipes e os autarcas na solução dos problemas que enfrentam no quotidiano. Pelo contrário, os desempregados são os que menos defendem uma acção concertada entre os eleitos e os profanos na procura de soluções para os problemas do município. Isto pode ser explicado pelo facto de os desempregados, como ficou patente anteriormente, não confiarem nos políticos.

Portanto, segundo estes tanto as autoridades locais bem como os munícipes devem agir à volta daqueles que consideraram ser os maiores problemas da Matola. Por isso, a solução da maioria dos problemas que o município enfrenta passa pela acção concertada das autoridades locais nomeadamente do presidente da câmara municipal, dos vereadores e dos secretários de bairro com os munícipes.

Mas, se a este grupo acrescentarmos os que defendem que os problemas do município devem ser resolvidos pelos munícipes, aumenta o número de inquiridos que defende uma maior presença no campo político. Um aspecto interessante, ao observarmos os dados do quadro 16, é o facto de os homens (5) serem os únicos que defendem que os munícipes devem procurar alternativas próprias para combater os problemas que enfrentam no quotidiano.

A análise da forma como os munícipes reagem aqueles que consideram os maiores problemas da Matola permitiu-nos compreender e observar o nível de envolvimento destes na vida do Município. De facto, a maioria dos inquiridos quando confrontado com problemas

³² Inquéritos realizados nos bairros da Matola C e Machava – sede. In: Arquivo Jauana/dissertação de mestrado/transcrições, 2004.

tem uma atitude cuja acção não visa alterar o status quo. Isto porque para mudar alguma coisa na vida do município os munícipes devem seleccionar um conjunto de acções a serem realizadas com vista a pressionar os decisores a resolverem os problemas. Por outro lado, podem procurar alternativas individuais e ou de grupo de forma a resolverem esses problemas. Mas o que os dados do inquérito mostraram é que a maioria dos inquiridos tem uma atitude de apatia quando se debate com um problema como o que os inquiridos referiram como os maiores problemas da Matola. As respostas que os munícipes deram a questão sobre quem deve resolver aqueles que consideraram ser os maiores problemas da Matola são indicativas duma certa orientação destes em relação aos obstáculos do quotidiano.